Pregão/Concorrência Eletrônica

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - SEVOP

PREGÃO Nº 067/2023-CEL/SEVOP/PMM – ELETRÔNICO

REF.: Recurso Administrativo.

WR DE OLIVEIRA SERVIÇOS, INDUSTRIA E COMÉRCIO. EPP, CNPJ Nº 16.550.802/0001-05, estabelecida na Av. Joaquim Pereira de Queiroz, 320A, Canutama - Benevides, sito, por seu representante legal infra-assinado, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, Interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão que habilitou e declarou vencedora a empresa, SOFISTICASA DESIGN LTDA, inscrita no CNPJ: 37.675.291/0001-28, referente ao Pregão nº 67/2023, que trata da contratação de pessoa jurídica para fabricação e instalação de mobiliário sob medida, em materiais tipo mdf, metálicos e madeira, a serem montados e instalados no centro de referência integrada à saúde da mulher – crismu, declinando os motivos e fundamentos de seu inconformismo no articulado a seguir

I - DAS RAZÕES DA RECORRENTE

Antes de mais nada, a Recorrente pretende consignar o profundo respeito que guarda pelos membros da Equipe, os quais conduziram o presente certame sempre no sentido de ampliar o leque competitivo, a fim de obter a proposta mais vantajosa para a administração pública.

Por meio do Edital do Pregão Eletrônico em referência foi instaurado procedimento licitatório, na conformidade com a titulação epigrafada e conforme especificações contidas no Edital em referência.

Não obstante, entende a Recorrente que o ilustre pregoeiro incorreu em equívoco de aceita/habilitar a empresa SOFISTICASA DESIGN LTDA.

Ocorre que a empresa recorrida SOFISTICASA DESIGN LTDA, CNPJ/CPF: 37.675.291/0001-28, vencedora do Grupo 1, deixou de atender as exigências contidas: I – HABILITAÇÃO JURÍDICA Alínea A e C, III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Alínea: A.4, como condição para participação no certame, devendo sua proposta ser rejeitada pela Comissão, além de ter sua INABILITAÇÃO declarada, conforme passamos a demonstrar DO EDITAL

12.8 Para habilitação o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

I. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresário individual, com inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva. No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a.4) Para demonstrar a boa situação financeira, a empresa licitante deverá apresentar demonstrativo de resultados igual ou maior do que 1 (um), nos ÍNDICES DE LIQUIDEZ GERAL - ILG, DE SOLVÊNCIA GERAL - ISG e DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC), que serão calculados através das fórmulas abaixo, as quais deverão estar aplicadas em memorial de cálculos, assinado por Contador, devidamente habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade e juntado ao Balanço;

ILG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ISG = ATIVO TOTAL
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ILC = ATIVO CIRCULANTE
PASSIVO CIRCULANTE
II - DAS RAZÕES DA REFORMA

Como cediço, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e impõe à administração e aos licitantes a observância das normas estabelecidas no Edital, de forma a garantir objetividade no julgamento das propostas. Nesse mesmo sentido se manifesta o Tribunal de Contas da União ao tratar sobre o julgamento de propostas que se encontram em desacordo com as previsões editalícias:

“O licitante que, por qualquer motivo, descumpra regra expressa fixada no edital do certame, fica sujeito às cominações nele previstas, inclusive a desclassificação, a serem aplicadas pela Administração, que também está estritamente vinculada àquele instrumento” (TCU – Acórdão 950/2007; Plenário; Rel. Ministro Augusto Nardes; Julgamento em 23/05/2007).

No que tange à habilitação jurídica, serão exigidos e examinados a documentação que possibilita o futuro contratado a praticar todos os atos da vida civil, de firmar contratações com o Poder Público

A documentação tem como função comprovar que a empresa cumpre todos os requisitos das fases de habilitação e está apta para exercer a atividade proposta pela licitação.

O registro de uma atividade empresarial nas juntas comerciais é bastante expressivo para dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos das empresas, bem como cadastrar as empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no país, e ainda, manter atualizados as informações pertinentes.

A Lei nº 8.666/1993 exige, em seu art. 28, inc. III, para fins de demonstração da habilitação jurídica dos licitantes, a apresentação do "ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais".

Logo, se essa exigência consta do instrumento convocatório, as licitantes deverão apresentar seu ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, acompanhado das respectivas alterações ou da alteração contratual consolidada atual, todos devidamente registrados.

Sendo assim, as licitantes poderiam apresentar apenas a última alteração, desde que se tratasse da versão consolidada do contrato social, documento que reúne todas as alterações já efetuadas. O contrato social consolidado elimina a necessidade de apresentação das alterações anteriores. Do contrário, as licitantes devem apresentar o ato constitutivo e todas as alterações.

A simples apresentação da última alteração do contrato social – quando o contrato social não for consolidado – ou do ato constitutivo originário sem as alterações já formalizadas não representa o ato constitutivo atualmente em vigor e, de fato, como regra, causaria a inabilitação da licitante.

Assim, para cumprimento dessa exigência de habilitação, deverá ser feita a juntada de contrato social com todas as suas alterações posteriores ou do contrato social consolidado, que reúne todas as alterações ocorridas até então.

A inabilitação da licitante que não apresenta todos os aditivos ao contrato social ou sua versão consolidada, então, será motivada pela impossibilidade de aferir sua capacidade em atuar legitimamente como sujeito de direitos e obrigações no âmbito do objeto licitado

Com base no exposto, segundo um posicionamento conservador e tradicional, impõe-se a inabilitação da licitante que não apresente todos os aditivos ao contrato social ou a versão consolidada desse documento, assim como o Registro Comercial.

Irregularidades na comprovação da Qualificação Econômico-Financeira:

a) Ausência de peças das demonstrações financeiras.

É bom lembrar que o que consta no edital é lei, portanto deve ser cumprido sob pena de inabilitação, portanto se houver exigência específica dos Índices Contábeis serem assinados por um Contador, o licitante deve cumprir o estabelecido.

Ressalta-se, como houve menção específica no Edital, não torna-se facultativo, há de cumprir com a exigência.

Destarte, é indispensável para manutenção da legalidade e da igualdade de condições de concorrência do certame, que todas as licitantes apresentem todos os documentos nos moldes do Edital no momento da abertura do certame, haja vista o cumprimento dos princípios da isonomia, da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório

Esse posicionamento é compartilhado pela jurisprudência pátria, senão vejamos:

RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. LEILÃO. EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. EDITAL FAZ LEI ENTRE AS PARTES. O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes. (REsp n. 354.977/SC, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Primeira Turma, julgado em 18/11/2003, DJ de 9/12/2003, p. 213.)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. INOBSERVÂNCIA À REGRA EXPRESSA. INABILITAÇÃO. PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. 1. A parte autora não atendeu às exigências do edital, de modo que admitir que permaneça no certame implicaria fragilização e ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de privilégio indevido a um dos concorrentes (com o afastamento de critério estabelecido objetivamente no edital e aplicado a todos), o que fere o princípio da igualdade. 2. A jurisprudência do eg. Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o princípio da vinculação restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a desclassificação do licitante que descumprir as exigências previamente estabelecidas. (TRF 4ª R.; AC 5005200-58.2018.4.04.7101; RS; Quarta Turma; Relª Desª Fed. Vivian Josete Pantaleão Caminha; Julg. 06/07/2022; Publ. PJe 07/07/2022)

Como se verifica, a partir da documentação fornecida, a licitante vencedora forneceu documentos, entretanto sem cumprir o que foi exigido quanto aos pontos em questão.

Para tanto aproveitamos a oportunidade, para citarmos os ensinamentos do Dr. Marçal Justen Filho, a respeito do assunto, a saber:

"Aquele que não apresenta os documentos exigidos ou apresenta-os incompletos ou defeituosos descumpra seus deveres e deverá ser inabilitado (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 11ª edição, São Paulo, 2005, pág. 352)".

A habilitação, por sua vez, é a fase do certame licitatório em que se busca verificar as condições de qualificação daqueles que pretendem contratar com a administração pública, devendo, os interessados, atender às exigências que a esse respeito sejam formuladas no instrumento convocatório.

Entendemos ainda que, em qualquer procedimento licitatório visamos buscar a oferta mais vantajosa para a Administração Pública, porém, tal fato não pode ensejar a inobservância dos demais princípios que norteiam o processo licitatório. Sendo ainda que o art. 37 da Constituição Federal, inciso XXI, assegura a igualdade de condições a todos os concorrentes e o art. 3º da Lei nº 8.666/93, estabelece que o procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio da isonomia e deve ser processado e julgado em conformidade

com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a fim de que todos recebessem o mesmo tratamento perante a Administração Pública, sem favoritismo ou rigor excessivo. O Mestre e Doutor em Direito MARÇAL JUSTEM FILHO, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 13ª edição, página 5161, ensina :

“O Edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público. (RMS Nº 10.847/MA, 2ª T, rel. Min. Laurita Vaz, j. em 27.11.2001, DJ. De 18.02.2002 – Jurisprudência do STJ).”

Diante de todo o exposto, com o devido respeito e as máximas considerações, atendendo ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes serão beneficiados por idêntico tratamento. Nesse caso, é claro o motivo da desclassificação e inabilitação da empresa SOFISTICASA DESIGN LTDA, que foi o descumprimento das cláusulas da Habilitação Jurídica e Qualificação Econômico-Financeira do edital, e, em conformidade com o item 12.13 do referido edital:

12.13 Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitados

III - DO PEDIDO

Pelas razões de fato e de direito exaustivamente expostas e comprovadas requer a procedência do presente recurso, com a desclassificação/inabilitação da empresa SOFISTICASA DESIGN LTDA, ante o descumprimento comprovado do edital.

Nestes Termos;
P. Deferimento

Belém-PA, 07 de julho de 2023.

WALDEL RIBEIRO DE OLIVEIRA
SÓCIO PROPRIETÁRIO
WR DE OLIVEIRA SERV. IND. E COM. EPP

Fechar